

Relatório

PROJETO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO PARÁ



ETAPA MARAJÓ

MUNICÍPIO:

SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA



Equipe Técnica

Conselheiro SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheira Substituta ADRIANA CRISTINA DIAS OLIVEIRA

ANA CRISTINA SANTOS SODRÉ

DIRSON MEDEIROS DA SILVA NETO

LUIS OTÁVIO GADELHA BARBOSA

MARINICE PUREZA GOMES

Apoio

EDSON PAIVA DE MENEZES

RAPHAEL AMANDIO GRAIM CARVALHO



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
2. METODOLOGIA	06
3. RESULTADOS	08
3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS	09
3.1.1. Taxas de Rendimento Escolar	09
3.1.2. Distorção Idade-Série	11
3.1.3. Aprendizado Adequado	12
3.1.4. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	13
3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES	15
3.2.1. Fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais	15
3.2.2. Universalização, Acesso e Permanência na Escola	19
3.2.3. Infraestrutura Escolar	25
3.2.4. Política Pública de Alimentação Escolar	26
3.2.5. Política Pública de Atendimento no Transporte Escolar	30
3.2.6. Valorização dos Profissionais da Educação	32
3.2.7. Fortalecimento dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras	35
CONCLUSÃO	41
ENCAMINHAMENTO	42
Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional do Município de São Sebastião da Boa Vista	45



1. INTRODUÇÃO

Com o propósito de cooperar para melhores e mais amplos resultados das políticas públicas educacionais no âmbito dos municípios paraenses, e considerando a necessidade de enfrentamento de reconhecidos desafios que se apresentam agravados diante dos efeitos da pandemia da COVID-19, foi concebido o **Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios do Estado do Pará**.

O Projeto constitui uma estratégia inovadora no âmbito desta Corte de Contas, pois pressupõe um olhar para o território, local onde a política pública se concretiza, ou deveria se concretizar, e busca refletir sobre os desafios e soluções possíveis de implementação de forma regionalizada e articulada, a fim de transformar realidades e, por conseguinte, promover a entrega efetiva de um direito fundamental.

Tem como objetivo geral contribuir para o progresso da qualidade da educação nos municípios paraenses, por meio da garantia do acesso, da permanência e do efetivo aprendizado dos alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental em escolas públicas municipais, com ênfase em 7 (sete) dimensões que representam os eixos estruturantes definidos no citado Projeto, que são: fortalecimento da gestão da Secretaria e das Escolas Municipais; universalização do ensino; infraestrutura; alimentação escolar; transporte escolar; valorização dos profissionais do magistério e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, entre outros).

Para a realização da etapa inicial - Projeto Piloto, foi contemplado o Arquipélago do Marajó, cuja escolha pautou-se em critérios de territorialidade e, por conseguinte, na oportunidade de se propiciar intervenções de forma simultânea e sinérgica, considerando que a mencionada região reúne 17 (dezessete) municípios – Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Oeiras do Pará (este último passou a fazer parte da Região de Integração do Marajó em janeiro/2022) – que apresentam peculiaridades geográficas, climáticas e culturais, além de cenário de extrema pobreza decorrente de sua economia fragilizada que resulta em baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), inclusive o pior do país, com os

indicadores sociais apontando baixa qualidade da educação, com elevadas taxas de analfabetismo, distorção idade-série e baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme análise de dados oficiais extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), DATASUS e TC Educa.

Nesse contexto, o Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará foi formulado como um mecanismo capaz de impulsionar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, favorecendo a atuação dialógica e interinstitucional, com o objetivo de conhecer in loco a realidade do sistema de ensino vivenciada nos municípios paraenses, suas fragilidades, suas deficiências e a viabilidade de reversão da realidade adversa quando constatada, a partir da avaliação diagnóstica e proposição de soluções compartilhadas, com potencialidade de melhorar e fortalecer a educação.

Com a anuência da Presidente deste TCMPE, a idealização desse Projeto – etapa piloto coube ao grupo de trabalho coordenado pelo Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares, Relator das contas dos municípios do Marajó no quadriênio 2021-2024, auxiliado pela Conselheira Substituta Adriana Cristina Dias Oliveira, na condição de membro convidada. Também integram o grupo os servidores oriundos do Gabinete do Conselheiro Relator e da 2ª Controladoria, que detêm vinculação com o exame e acompanhamento das contas dos municípios contemplados, bem como os técnicos que compõem a CSE/DIPLAMFCE, que são responsáveis pela oferta dos conhecimentos especializados da área de educação e, pelas medidas necessárias à futura extensão do projeto aos demais municípios de Estado do Pará, a critério de cada Conselheiro Relator.



2. METODOLOGIA

Para execução do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, em sua etapa Piloto, estruturou-se o desenvolvimento das atividades em 4 (quatro) fases, tendo sido avaliadas e consideradas as seguintes limitações: a) o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, uma vez que as atividades foram iniciadas em janeiro de 2021 e b) impossibilidade de visitar a totalidade das escolas do município em virtude da distância territorial e dificuldade de acesso, decorrentes das características geográficas da região e diante do cronograma estabelecido para o projeto.

1ª FASE

em regime de home office, procedeu-se o levantamento de indicadores da educação pública municipal no Arquipélago do Marajó, tendo como fonte preliminar os dados oficiais consolidados na plataforma QEdu Gestão (plataforma que auxilia a análise de dados das redes de ensino ou escolas relacionados a perfil docente, infraestrutura, aprendizados dos alunos, entre outros), em uma versão elaborada especificamente para os municípios do Marajó, a partir da qual foram coletados somente os dados concernentes (1) à nota do IDEB, (2) Taxa de Analfabetismo e (3) Distorção Idade Série. Todavia, levando-se em conta o entendimento predominante entre diversos estudiosos da área educacional de que os índices inicialmente adotados não constituem indicadores suficientes para a compreensão da realidade educacional, recorreu-se a uma rede de apoio ofertada ao TCMPA, pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB) e o Interdisciplinaridade Evidência e Debates Educacionais (IEDE), o que resultou, após realização de reuniões virtuais, na elaboração conjunta de questionários alinhados aos 7 (sete) eixos de abordagem que estruturam o projeto, possibilitando a ampliação e aprimoramento dos dados a serem coletados.

2ª FASE

em razão da impossibilidade da realização de viagens e a necessidade, ainda, de distanciamento social, nos meses de abril e maio de 2021, procedeu-se a aplicação dos questionários aos secretários municipais de educação e coordenadores pedagógicos das escolas localizadas nas zonas urbana e rural dos 16 (dezesesseis) municípios do Arquipélago do Marajó, mediante entrevistas realizadas em plataforma virtual. Naquele momento, Oeiras do Pará ainda não fazia parte do Marajó.

**3ª
FASE**

Na terceira fase, após a liberação de viagens, deu-se início ao ciclo de visitas, programado para alcançar os 17 (dezesete) municípios da Região do Marajó, com o objetivo de:

a) reunir com o Poder Legislativo, Ministério Público, Prefeito Municipal, Secretária Municipal de Educação e sua equipe técnica, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, integrantes dos Conselhos de Controle Social – Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb), e Conselho Municipal de Educação (CME), os Conselhos Escolares, representantes da sociedade civil e, onde houver, representantes locais das Universidades Públicas;

b) proceder a visitação de escolas, por amostragem, das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores. A finalidade das visitas aos municípios vai além de coletar/validar dados, mas, especialmente, oportuniza à equipe técnica conhecer e avaliar in loco da realidade vivida pelos alunos da rede pública de ensino, tanto em relação ao sistema educacional, quanto à situação sócio/econômica, bem como possibilita a sensibilização dos principais atores envolvidos com a concretização da política pública, buscando conscientizá-los da importância da participação de todos no Projeto.

**4ª
FASE**

consiste na elaboração de diagnóstico, ou seja, na identificação das possíveis deficiências que ocasionam a ineficiência do sistema educacional, assim como na proposição de potenciais soluções, o que se faz com base no levantamento da situação escolar e nas informações coletadas a partir da aplicação dos questionários, da pauta das reuniões realizadas com as diversas instituições envolvidas, da observação direta das características locais geográficas, climáticas e culturais, bem como do conhecimento da gestão, em sua perspectiva administrativa, estrutura física das escolas, transporte, alimentação escolar e aspectos pedagógicos.

A seguir são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas no Município de **São Sebastião da Boa Vista**, em conformidade com a metodologia acima exposta. A elaboração do presente relatório coube à equipe designada para proceder a visitação in loco, nos termos da Portaria nº. 0278-TCMPA de 14/03/2022 e Portaria nº. 289 de 18/03/2022.



3. DOS RESULTADOS



No período de
21 a 26
março
2022

A equipe técnica visitou o Município de São Sebastião da Boa Vista. Na ocasião, foram realizadas reuniões com o Ministério Público Estadual, Câmara dos Vereadores, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação e equipe técnica, Conselho Tutelar, Conselhos de Controle Social (CAE, CACS-Fundeb, CME) e representantes da sociedade civil.



Procedeu-se, também, à visita às escolas selecionadas das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores.



No presente relatório, os resultados dos trabalhos encontram-se expostos em **2 (duas) partes**. Na primeira delas, descreve-se a conjuntura do município a partir da demonstração dos indicadores educacionais, coletados e analisados, cotejando-os com o cenário Estadual e Nacional; na segunda, apresenta-se a avaliação das 7 (sete) dimensões da política educacional, que constituem os eixos estruturantes definidos no Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, que ao final subsidiará o encaminhamento de ações, que possam contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento da educação.

3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS

Segundo o INEP, ano base 2021, a rede pública municipal de ensino de São Sebastião da Boa Vista é composta por 5 (cinco) unidades escolares na zona urbana e 36 (trinta e seis) unidades escolares na zona rural, para atender 6.726 (seis mil e setecentos e vinte e seis) alunos matriculados.

De acordo com o último levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), realizado em 2010, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município de Ponta de Pedras ocupa no cenário regional (arquipélago do Marajó) o 5º lugar, e figura na posição nacional de nº 5.081, com indicadores educacionais que revelam o baixo desempenho da rede municipal.

Esse resultado apresentado pelo IDHM é afetado, dentre outros determinantes, pelos indicadores educacionais ocorrentes no município, e neste caso também envolve o resultado apresentado pela rede de ensino estadual. A princípio, leva a entender que o resultado dos indicadores educacionais naquele ano não foi satisfatório.

Os dados educacionais referentes a 2021, dez anos depois da divulgação do IDHM, demonstram que o contexto desfavorável não foi revertido, conforme indicadores selecionados para avaliação do Projeto, a seguir evidenciados.

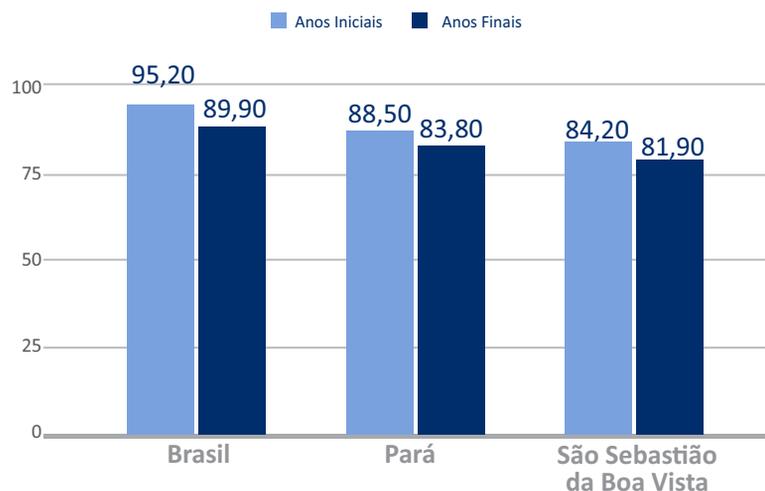
3.1.1. TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

As taxas de rendimento escolar de cada instituição constituem indicadores utilizados no cálculo do IDEB. São apuradas ao final de um ano letivo e indicam a quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola.

A taxa de reprovação de alunos do município de Anajás é de 19,20% nos anos iniciais e de 16,70% nos anos finais, apresentando-se bem maior que a taxa de reprovação do estado do Pará, no qual o índice apresenta-se em torno de 10% nos anos iniciais e finais, bem como o índice de abandono do município é 2 vezes maior que a média do restante do estado (Quadro 1).

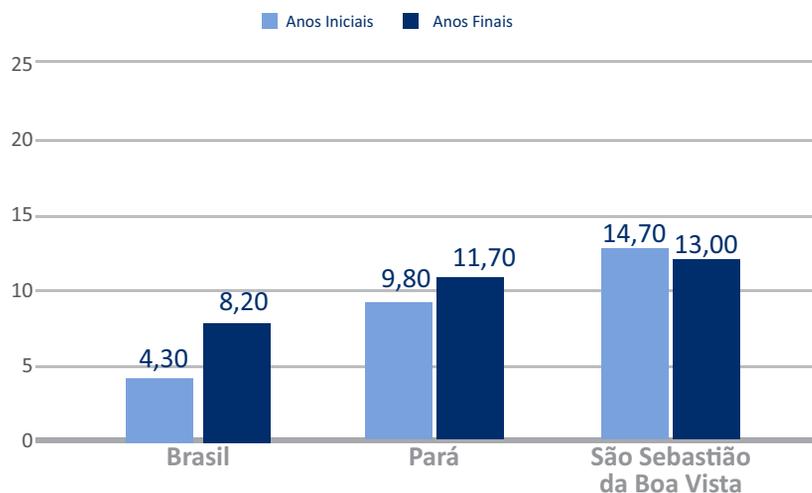
Gráfico 1 – Taxas de Rendimento Brasil/Pará/São Sebastião da Boa Vista - 2019


APROVAÇÃO



Fonte: INEP


REPROVAÇÃO



Fonte: INEP


ABANDONO



Fonte: INEP

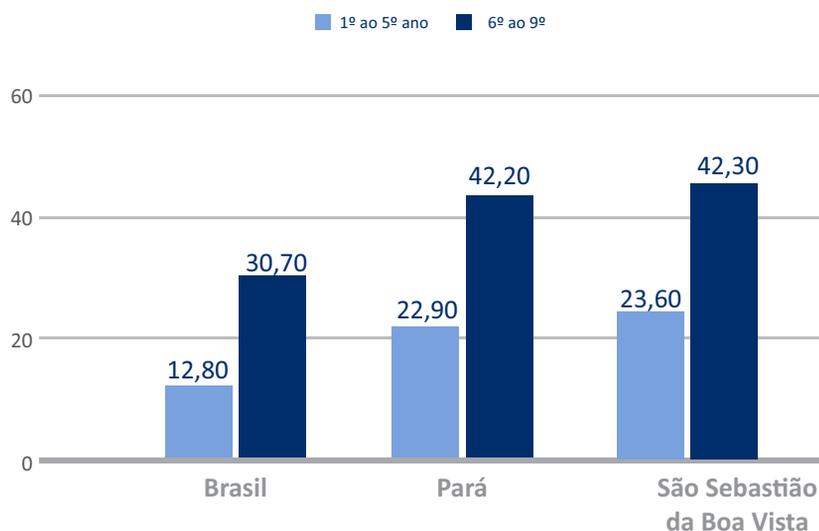
3.1.2 DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série é definida pela proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, o ensino fundamental compreende a fase do 1º ao 9º ano, devendo-se garantir o ingresso da criança aos 6 anos de idade, com expectativa de conclusão dessa etapa de escolarização aos 14 anos.

A taxa de reprovação evidenciada no item anterior, em uma primeira análise, constitui fator que contribui para a distorção idade-série que, em São Sebastião da Boa Vista, é de 23,60% do total de alunos dos anos iniciais e agrava-se nos anos superiores, quando essa taxa de distorção se eleva para 42,30%, ou seja, a cada grupo de 100 (cem) alunos, 42 (quarenta e dois) encontram-se com pelo menos 2 (dois) anos de atraso escolar. Essa situação não difere muito da média do restante do estado do Pará. (Quadro 2).

Gráfico 2 – Taxas Distorção Idade Série Brasil/Pará/São Sebastião da Boa Vista - 2019

DISTORÇÃO IDADE SÉRIE (%)



Fonte: INEP

3.1.3. APRENDIZADO ADEQUADO

O aprendizado adequado pressupõe o domínio de competências que demonstrem a proficiência do aluno, ou seja, sua compreensão, habilidade, preparo e conhecimento em determinada disciplina. Com a aplicação da Prova Brasil, foram indicadas pontuações a partir das quais os alunos podem ser considerados com domínio da competência avaliada. De acordo com a pontuação obtida, os alunos são distribuídos em quatro níveis de proficiência (insuficiente, básico, proficiente e avançado). São considerados alunos com aprendizado adequado aqueles que têm bom aproveitamento e estão nos níveis proficiente e avançado (Quadro 1).

Quadro 1– Escala de Aprendizagem - 2019

NÍVEIS DE ENSINO	INADEQUADO		ADEQUADO	
	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
 5º ANO PORTUGUÊS MATEMÁTICA	0 a 149 pts	150 a 199 pts	200 a 249 pts	> de 250 pts
	0 a 174 pts	175 a 224 pts	225 a 274 pts	> de 275 pts
 9º ANO PORTUGUÊS MATEMÁTICA	0 a 199 pts	200 a 274 pts	275 a 324 pts	> de 325 pts
	0 a 224 pts	225 a 299 pts	300 a 349 pts	> de 350 pts

Fonte: INEP

As altas taxas de reprovação e abandono são fatores que impactam no cálculo que define a escala de aprendizagem do aluno, condicionando, neste caso, ao nível de aprendizagem inadequado, seja no nível insuficiente seja no nível básico. De acordo com o Quadro 4, verifica-se que: a) a média da proficiência dos alunos de São Sebastião da Boa Vista do 5º e 9º ano em português e matemática está situada no nível básico, grau inadequado, situação idêntica do resultado apresentado pelo estado do Pará; b) o percentual de alunos de São Sebastião da Boa Vista com aprendizado adequado em português baixou, do 5º ao 9º ano, de 31,00% para 24,00% e de 24,00% para 12,00% em matemática, resultando que na conclusão do ensino fundamental, de um total de 100 alunos, apenas 24 alunos tem aprendizado adequado em português e somente 12 alunos em matemática. Essa constatação não está muito diferente dos dados do Pará como um todo, mas é alarmante.

Quadro 2 – Aprendizado Adequado e Média de Proficiência Brasil/Pará/São Sebastião da Boa Vista- 2019

NÍVEIS DE ENSINO	APRENDIZADO ADEQUADO (% de alunos)			MÉDIA DA PROFICIÊNCIA		
	BRASIL	PARÁ	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	BRASIL	PARÁ	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
 5º ANO PORTUGUÊS MATEMÁTICA	55,00	34,00	31,00	210,78	192,27	192,03
	45,00	23,00	23,00	223,90	202,54	205,93
 9º ANO PORTUGUÊS MATEMÁTICA	33,00	21,00	24,00	254,10	242,24	254,82
	17,00	8,00	12,00	255,57	240,65	253,77

Fonte: INEP

3.1.4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O IDEB é o principal indicador da qualidade do ensino no Brasil, medido em uma escala que vai de 0 a 10, cujo cálculo obtém-se a partir da combinação de dois critérios de avaliação da educação, que são: o aprendizado e o fluxo escolar. O aprendizado corresponde ao resultado dos estudantes avaliados no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aferido tanto pela Prova Brasil (avaliação censitária do ensino público) e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que inclui também a rede privada, enquanto o fluxo representa a taxa de aprovação dos alunos.

No município de São Sebastião da Boa Vista, o baixo fluxo de alunos (decorrente das altas taxas de reprovação e de abandono) manteve o IDEB baixo em 2019, prejudicando o bom resultado alcançado.

O nível de aprendizagem dos alunos de São Sebastião da Boa Vista, tanto de 1º ao 5º ano quanto de 6º ao 9º ano, é em torno de 5%, estando muito próximo dos resultados do Pará, e ambos inferiores à realidade do país. Com relação ao fluxo, o índice situa-se entre 0,89 e 0,80, significando, em média, que, a cada 10 alunos, 8 seguem regularmente para a série posterior, realidade quase que idêntica aos dados do Pará. Também relevante é a repercussão que esses resultados estão gerando no IDEB: os alunos de São Sebastião da Boa Vista só conseguiram uma pontuação média de 4,5 (1º ao 5º ano) e 4,2 (6º ao 9º ano), enquanto a do Pará oscila de 4,7 a 3,9, e a do Brasil de 5,7 a 4,6, ou seja, o desempenho dos alunos de São Sebastião da Boa Vista está em praticamente no mesmo nível do estado do Pará e a um nível inferior ao do país (Quadro 3).

Quadro 3 – IDEB Brasil/Pará/ASão Sebastião da Boa Vista- 2019

		APRENDIZADO	FLUXO	IDEB	
	BRASIL	1º AO 5º ANO	6,02	0,94	5,66
		6º AO 9º ANO	5,21	0,89	4,64
	PARÁ	1º AO 5º ANO	5,33	0,88	4,69
		6º AO 9º ANO	4,71	0,83	3,91
	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	1º AO 5º ANO	5,39	0,84	4,53
		6º AO 9º ANO	5,14	0,82	4,22

Fonte: INEP

Na série histórica evidenciada no Quadro 4 constata-se que o município de São Sebastião da Boa Vista está com o IDEB abaixo do projetado nos anos iniciais, demonstrando que a rede municipal precisa de atenção. Já nos anos finais, o município vem conseguindo cumprir as metas estabelecidas, destacando-se no cenário apresentado no Marajó como um todo.

Quadro 4 – Série Histórica Projetada x Realizada – Brasil/Pará/São Sebastião da Boa Vista – 2015-2019

IDEB ANOS INICIAIS	IDEB PROJETADO			IDEB REALIZADO		
	2015	2017	2019	2015	2017	2019
 BRASIL	4,8	5,1	5,4	5,3	5,6	5,7
 PARÁ	4,0	4,3	4,6	4,3	4,5	4,6
 SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	4,2	4,5	4,8	4,7	4,2	4,6
IDEB ANOS FINAIS	2015	2017	2019	2015	2017	2019
 BRASIL	4,3	4,6	4,9	4,1	4,3	4,6
 PARÁ	4,4	4,7	4,9	3,6	3,6	3,9
 SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	3,7	4,0	4,3	4,2	4,0	4,5

Fonte: INEP

3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES

3.2.1. FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

A gestão das políticas municipais de educação, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (unidade gestora), requer conhecimento de gestão pública, das legislações que norteiam a área educacional, da realidade da rede de ensino em que irão atuar, dos recursos financeiros disponíveis, da importância da formação dos profissionais que integram o quadro de servidores, para tanto, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico para assinalar as deficiências e direcionar suas ações aos setores que merecem maior atenção.

Na avaliação, foram considerados aspectos relevantes e que reconhecidamente conduzem ou podem conduzir ao fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais, em médio e longo prazo, bem como levou-se em conta a adoção de medidas indispensáveis ao enfrentamento de situações urgentes e inadiáveis.



Planejamento

O planejamento constitui um importante instrumento para a eficiência no alcance dos resultados da gestão. É imprescindível, que o gestor municipal tenha conhecimento de sua realidade e das políticas públicas educacionais a serem implementadas, determine as diretrizes que envolvem todo o corpo técnico que compõe a gestão para juntos planejarem os objetivos, diretrizes e metas que permitirão o alcance dos objetivos estratégicos elencados.

a) Situação Encontrada

Na visita *in loco* verificou-se que a gestão da Secretaria Municipal está fragilizada, com definição de estratégias, contudo encontra dificuldade na situação precária da infraestrutura dos estabelecimentos educacionais e da Secretaria Municipal, do fornecimento da alimentação escolar e da oferta de transporte escolar.

b) Problema Identificado

Inexistência de planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares.

c) Solução Proposta

Elaborar o planejamento para o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento.



Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede

É de grande relevância que o município possua uma plataforma de gestão em rede imprescindível para qualificar a administração e conseguir que os alunos realmente aprendam, não repitam o ano e frequentem a sala de aula, bem como para beneficiar gestores, professores, funcionários, alunos e pais com recursos que contribuam para a melhoria do desempenho do município, principalmente nas avaliações externas.

Uma plataforma que possibilite o gerenciamento do acervo acadêmico, criada para centralizar as informações e integrar os setores da Secretaria Municipal de Educação. O principal objetivo da plataforma é modernizar todos os setores da Secretaria. Mas possui também outras finalidades como: controle dos principais processos, reduzindo custos, tempo de trabalho e possibilidade de erros; gestão otimizada dos processos relativos ao corpo docente, inclusive dos concursos de designação temporária e remoção; agilidade nas rotinas de matrícula e disponibilização do resultado final; possibilita melhorias nas práticas pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem; precisão e rapidez nas rotinas de prestação de contas à Secretaria de Estado da Educação e ao Ministério da Educação.

a) Situação Encontrada

Verificou-se na visita *in loco* que as atividades desenvolvidas pelos servidores dos diversos estabelecimentos educacionais ocorrem sem ferramentas de integração que possibilite a alimentação e remessa de informações de toda a rede, de forma tempestiva, e que assegure uma avaliação sistematizada e pormenorizada.

b) Problema Identificado

Inexistência de uma plataforma de gestão que garanta a integração das informações e que possibilite o efetivo acompanhamento dos resultados da rede municipal.

c) Solução Proposta

Utilizar uma Plataforma de Gestão de Resultados da rede.



Estrutura Organizacional da Rede

A estrutura organizacional diz respeito aos mecanismos indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades rotineiras, que compreende a infraestrutura do prédio, quadro de servidores (com definição de quantitativo e competências), tecnologia da informação, dentre outros.

a) Situação Encontrada

O Secretário Municipal relatou que se encontra em fase de implantação de uma estrutura organizacional em rede, contudo a demora na implantação se deve pela inadequação do prédio da SEMED e da carência de servidores.

b) Problema Identificado

A estrutura predial da Secretaria é inadequada e há necessidade de mais servidores para desenvolvimento do serviço.

c) Solução Proposta

Revisar o quadro de servidores e, caso necessário, redistribuir de acordo com as necessidades da Secretaria.

Investir na adequação da estrutura predial da SEMED e na melhoria do serviço de internet.



Seleção de Gestores Escolares

A definição e observância de critérios técnicos de mérito e desempenho qualificam a escolha de diretores de escola, e, por conseguinte, contribuem para a melhoria dos resultados da aprendizagem.

Imprescindível destacar que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu como inconstitucional a eleição direta para diretores escolares, por ferir prerrogativa de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo (ADI 2997). Contudo, não há impedimento que se efetive a gestão democrática, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta à comunidade escolar, uma vez que tal providência guarda conformidade com Plano Nacional de Educação (Meta 19), e por conseguinte, nos Planos Municipais de Educação.

a) Situação Encontrada

De acordo com a Lei Municipal nº 218/2011, que trata do PCCR da rede municipal, os cargos de direção de escola são eletivos, reservados aos profissionais ocupantes de cargos efetivos de professor na função docente e na função pedagógica, integrantes do plano de carreira. Por sua vez, os cargos em comissão são de livre nomeação do Prefeito Municipal.

Segundo informação do Secretário Municipal, a escolha dos diretores da rede municipal ocorre por indicação do Prefeito Municipal.

b) Problema Identificado

A escolha de diretor escolar não é baseada em critérios de mérito e desempenho, conforme disposto na Meta 19 do Plano Nacional de Educação, por mais que a nomeação decorra de indicação do Chefe do Poder Executivo, em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (ADI 2997), e seja reservada exclusivamente aos professores efetivos no exercício das funções docente e pedagógica.

c) Solução Proposta

Revisar a legislação municipal, para que estabeleça que o provimento do cargo de diretor escolar ocorrerá por indicação do Prefeito Municipal, e defina os critérios de mérito e desempenho a serem satisfeitos por ocasião da escolha.

3.2.2. UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

A Constituição Federal preceitua que *"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."* (art. 205).

Ao tratar a educação como um direito de todos, a Carta Magna estabelece a universalização do ensino como caminho para construção de uma sociedade democrática, com a promoção do desenvolvimento da pessoa e de sua qualificação para o trabalho, determinado como dever correspondente a cargo da família e do Estado para alcançar tal fim, a colaboração, a promoção do acesso e da permanência de todos, principalmente das crianças e adolescentes, nos bancos escolares.



Realização de Busca Ativa Escolar

A busca ativa escolar é uma estratégia que objetiva garantir o retorno e a permanência dos alunos na escola, através de ações que envolvem a mobilização não somente dos educadores, mas de profissionais de diversas áreas como saúde, assistência social, conselho tutelar, o envolvimento da família, e que evitem o risco do abandono, intensificado pela pandemia, possibilitando aos municípios a obtenção de dados relevantes para o planejamento, desenvolvimento e implementação de políticas públicas favoráveis à inclusão escolar, efetivando a matrícula de crianças, jovens e adultos, assegurando assim a permanência de todos nas unidades escolares.

a) Situação Encontrada

De acordo com os dados coletados no INEP, no período 2019-2021 houve redução no número total de matrículas da Educação Fundamental do 1º ao 5º ano e da EJA, e aumento das matrículas da Educação Infantil e Educação Fundamental do 6º ao 9º ano (Quadro 5).

Quadro 5 – São Sebastião da Boa Vista: Matrículas realizadas - 2019-2021

NÍVEIS DE ENSINO (EDUCAÇÃO)	2019	2020	2021
 Infantil	1.156	1.161	1.256
 Fundamental - 1º ao 5º	3.242	3.080	2.896
 Fundamental - 6º ao 9º	2.352	2.273	2.557
 Fundamental - 6º ao 9º	66	62	17
TOTAL	6.816	6.576	6.726

Fonte: INEP

b) Problema Identificado

A busca ativa realizada não produziu um resultado favorável quanto ao segmento de educação fundamental e EJA.

c) Solução Proposta

Fortalecer as ações de realização da busca ativa dos alunos da educação fundamental e EJA, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos.



Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal

Para checagem do conhecimento dos alunos em habilidades/objetivos de aprendizagem específicos, necessária se faz a realização de procedimento avaliativo diagnóstico periódico sobre o padrão de aprendizagem abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação, na forma remota e/ou presencial, com base nos resultados de avaliação diagnóstica.

a) Situação Encontrada

Segundo informado pela gestão, a avaliação diagnóstica realizada no município limita-se a uma prova, por série, no início do ano letivo.

b) Problema Identificado

Não há uma política de avaliação periódica da rede abrangendo estudantes por ano/série.

c) Solução Proposta

Adotar procedimento avaliativo diagnóstico periódico por ano/série sobre o padrão de aprendizagem envolvendo os alunos da rede municipal de ensino.



Projetos Pedagógicos com Vistas à Melhoria dos Resultados

A melhoria dos indicadores relativos à nota do IDEB, taxa de analfabetismo e distorção idade-série requer, dentre outras ações, a elaboração de projetos que contemplem estratégias pensadas pela gestão a partir da realidade local.

a) Situação Encontrada

A visita in loco possibilitou verificar que alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental apresentam dificuldades na escrita, leitura e interpretação, caracterizando situação de analfabetismo absoluto e funcional no município.

Nas escolas visitadas, as atividades estão sendo desenvolvidas sem definição de metas e ações necessárias à melhoria do processo de ensino aprendizagem.

b) Problema Identificado

Inexistência de estratégias e iniciativas pedagógicas em execução na rede, que visem reduzir a alta taxa de analfabetismo, a distorção idade-série e a baixa nota do IDEB.

c) Solução Proposta

Elaborar e executar projetos que fomentem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.



Turmas Multisseriadas

As turmas multisseriadas seguem regulamentação da Resolução CNE/CEB nº 002/2008 e atendem aos alunos que se encontram na mesma classe, porém possuem faixas etárias e séries diversas. Um único professor ministra conteúdos diferenciados correspondentes a cada ano escolar. É uma forma de ensino comum na zona rural em razão de fatores como acesso difícil, número reduzido de alunos na localidade e carência de professores.

Destaca-se que esta organização de ensino requer tanto da parte do gestor municipal apoio técnico e financeiro, como da parte do professor conhecimento e habilidade no desenvolvimento da metodologia que será eficaz ao alcance do ensino aprendizagem dos alunos matriculados nessas turmas.

a) Situação Encontrada

No município de São Sebastião da Boa vista, o maior número das escolas se encontra na zona rural, tendo sido possível observar, por ocasião da visita, que na maioria das turmas o método de ensino adotado é o multisseriado.

b) Problema Identificado

Inexistência de formação continuada específica para os educadores que atuam neste segmento.

c) Solução Proposta

Realizar formação continuada específica para os educadores, que atuam na modalidade de ensino multisseriado.



Retorno às Aulas Presenciais

Em decorrência da pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, o Conselho Nacional de Educação editou a Resolução nº 11/2020, aprovando orientações educacionais no âmbito nacional para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais na rede de ensino. Em seguida, editou a Resolução nº 15/2020, estabelecendo diretrizes nacionais para a implementação da Lei nº 14.040/2020, com relação às normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020), estabelecendo enfim orientação às redes de ensino quanto a integração curricular e a prática das ações educacionais em âmbito nacional no período da pandemia

a) Situação Encontrada

De acordo com informações da SEMED, em março de 2020 as aulas presenciais foram suspensas na rede municipal de ensino, sem que tenha ocorrido a disponibilização aos alunos de metodologia de ensino ou atividade pedagógica remota por todo aquele ano.

Somente em 2021 é que foi implementado o sistema de aula on line. Segundo a SEMED, houve dificuldade em adotar a sistemática de ensino não presencial em função da precariedade de acesso virtual no território municipal, da reduzida disponibilidade de aparelhos de comunicação (computador, celular, tablet, entre outros) por parte das famílias dos alunos municipais, e da dispersão das escolas da zona rural.

No início de 2022 foi implementado do retorno dos alunos da rede municipal às aulas presenciais.

b) Problema Identificado

Não foram disponibilizadas aulas ou atividades pedagógicas de forma remoto aos alunos da rede municipal por todo o ano de 2020, com precária implementação de sistema de ensino remoto em 2021, com crianças e jovens com imensa defasagem de aprendizado do conteúdo curricular.

Precariedade ou inexistência de acesso virtual no território municipal.

Precariedade da infraestrutura das unidades escolares e ausência de condições higiênico-sanitárias encontradas no retorno às aulas presenciais.

c) Solução Proposta

Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênico-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal.

Definir estratégias para recuperar a defasagem no aprendizado dos alunos.



Calendário Escolar - Carga Horária Mínima Anual

A Lei nº 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe em seu artigo 31, inciso II, que a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

A Lei nº. 14.040/2020, em virtude da pandemia, estabeleceu as seguintes exceções:

- i. Para a educação infantil, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional (200 dias) e o cumprimento da carga horária mínima anual (800 horas); e
- ii. Para o ensino fundamental, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar (200 dias), desde que cumprida a carga horária mínima anual (800 horas).

a) Situação Encontrada

Conforme informações do Secretário, no período normal de aula, os dias letivos deixam de ser cumpridos em razão de diversos fatores, dentre os quais: a) problema de infraestrutura em escolas do município; b) dificuldade dos alunos chegarem em algumas escolas rurais decorre do vazamento da maré.

b) Problema Identificado

Não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais.

c) Solução Proposta

Reorganizar o calendário escolar considerando as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem reduzir o número mínimo de horas letivas e assegurando formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem;

Realizar melhorias urgentes nas escolas para que sua estrutura precária não dificulte o aprendizado do aluno.

3.2.3. INFRAESTRUTURA ESCOLAR

A infraestrutura escolar abrange espaço físico arejado e com acessibilidade, contendo salas de aulas espaçosas, banheiros, refeitórios, biblioteca, compreendendo também mobiliário e equipamentos adequados tanto à idade quanto ao atendimento das pessoas com deficiências especiais.

a) Situação Encontrada

Nas visitas *in loco* realizadas nas escolas da zona rural e urbana, ficaram evidentes os seguintes aspectos:

- i. Instalações elétricas danificadas;
- ii. equipamentos e mobiliários insuficientes e/ou inadequados;
- iii. instalações prediais danificadas e inadequadas, inclusive sem acessibilidade.

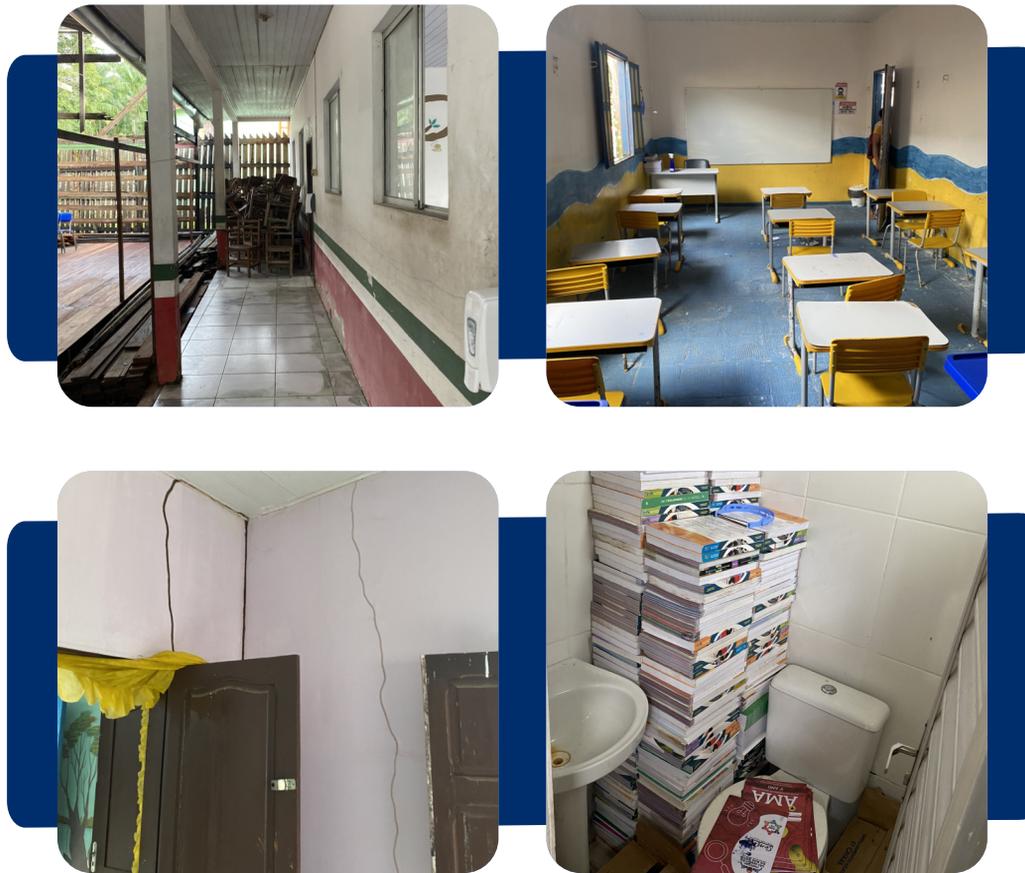
b) Problema Identificado

Situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios, carência de mobiliários.

c) Solução Proposta

Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares.

Fotos 1 a 4 – Infraestrutura precária nas escolas municipais



3.2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O art. 208 da Constituição Federal prevê que é dever do Estado garantir o atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Lei nº 11.947/2009, que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dispõe que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas na legislação correlata. Estabelece ainda que o município destine pelo menos 30% dos recursos repassados pelo PNAE para aquisição de produtos da agricultura familiar.

Cabe ressaltar que a obrigação da União, através do PNAE, é de caráter suplementar, ficando ao encargo dos estados e municípios, a função principal de oferecer aos seus alunos do ensino básico, a alimentação escolar.



Elaboração de Cardápios

Considerando o disposto na resolução CD/FNDE nº 06/2020, os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo Responsável Técnico (RT) do PNAE, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

a) Situação Encontrada

Segundo informações coletadas *in loco*, os cardápios elaborados para escolas da zona urbana e da zona rural apresentam diferenças em suas especificações em razão da impossibilidade de armazenamento de produtos que necessitam de refrigeração, ensejando a priorização de produtos industrializados e processados na elaboração do cardápio para as escolas da zona rural.

b) Problema Identificado

Elaboração de um cardápio de baixo valor nutricional para a zona rural com priorização na oferta de produtos industrializados e processados.

c) Solução Proposta

Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

Fortalecer a agricultura familiar para atendimento das demandas de preparações que atendam a zona rural.



Aquisição de Gêneros Alimentícios

A Aquisição dos gêneros alimentícios deve ser pautada no cardápio elaborado pela nutricionista (Responsável Técnico), observando as diretrizes do PNAE e priorizando a alimentação saudável, com respeito aos hábitos alimentares, a cultura alimentar local, os alimentos in natura, evitando alimentos ultraprocessados, de baixo valor nutricional, e resguardando a aplicação do percentual de 30% da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

a) Situação Encontrada

Conforme relato da responsável pelo Departamento de Alimentação Escolar (DAE), a quantidade de gêneros adquirida, mesmo com o aporte de recursos do tesouro municipal, é insuficiente para atender os 22 (vinte e dois) dias letivos/mês.

Ainda segundo a responsável pelo DAE, o município não consegue cumprir a aplicação mínima de 30% (trinta por cento) do total dos recursos repassados por conta do PNAE com gêneros oriundos da agricultura familiar, por não haver produtores rurais habilitados, produtos certificados, e por inexistência de maior variedade de produtos disponíveis no meio rural.

b) Problema Identificado

Recursos financeiros insuficientes para aquisição de gêneros alimentícios que assegurem o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar.

Aquisição de produtos da agricultura familiar abaixo do percentual de 30% obrigatório, conforme legislação em vigor.

c) Solução Proposta

Pleitear ao FNDE o aumento no repasse de recursos do PNAE, diante dos elevados custos de aquisição e distribuição de gêneros alimentícios para as escolas rurais, decorrentes das particularidades geográficas da região – distanciamento, isolamento e dificuldade de acesso, que impõe a necessidade de reexame do valor per capita.

Desenvolver ações junto a diversas entidades, no sentido de incentivar os agricultores familiares locais a produzir e fornecer gêneros destinados à alimentação escolar.



Distribuição de Gêneros Alimentícios

a) Situação Encontrada

Segundo informações da gestão municipal, a entrega dos gêneros alimentícios para as escolas ocorre de forma intempestiva, comprometendo o cumprimento dos cardápios elaborados pela nutricionista.

b) Problema Identificado

Ausência de controle efetivo da Secretaria no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, e no cronograma de distribuição para as escolas pela SEMED.

c) Solução Proposta

Manter controle efetivo no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED e de distribuição para as escolas.



Armazenamento de gêneros alimentícios

a) Situação Encontrada

Segundo relato dos membros do CAE, a SEMED e as escolas visitadas não dispõem de local adequado para armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, assim como os mobiliários e equipamentos diversos também não são adequados para proporcionar melhores condições de armazenamento e controle de estoque, fato esse evidenciado em visita *in loco*.

b) Problema Identificado

Inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem e controle dos estoques.

Nas escolas, o depósito da alimentação escolar não dispõe de condições adequadas de estocagem e conservação dos alimentos.

As escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados.

c) Solução Proposta

Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, nas escolas.

Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade.



Acompanhamento e Execução do Programa

a) Situação Encontrada

O responsável pelo setor de alimentação escolar informou existir 2 (dois) nutricionistas e que são insuficientes para realizar o acompanhamento das ações de alimentação e nutrição.

b) Problema Identificado

Número reduzido de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal.

c) Solução Proposta

Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista.

3.2.5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o Estado deve garantir programas públicos de transporte escolar, assegurando acesso e permanência na escola para os alunos da zona rural.

O Art. 11, VI, da Lei nº 9.394/96 obriga os municípios a assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. Não afastando a responsabilidade solidária de todos os Entes da Federação frente ao que está estabelecido no Art.208, VII, da Constituição.

Assim, são necessárias providências aptas a assegurar que o poder público cumpra o seu dever de viabilizar o acesso de crianças à escola, viabilizando condições adequadas, regulares e seguras para a prestação do serviço de transporte escolar, observando principalmente o atendimento às regras de segurança em vigor.

Na prática, essa prestação de serviço é garantida por meio de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), pelo Programa Federal “Caminho da Escola”, e recursos de ordem estadual e municipal.



Formas de Atendimento de Transporte Escolar

Na atualidade, a política pública de transporte escolar é garantida por meio de utilização de veículos (ônibus e micro-ônibus) e embarcações (lanchas) do Programa “Caminho da Escola”, do FNDE, bem como por locação de veículos e barcos de terceiros, por meio de contratação custeada com recursos do PNATE e outras fontes de recursos pertencentes ao estado e/ou município.

a) Situação Encontrada

Na visita in loco verificou que no município o transporte escolar é realizado por meio de lanchas, em localidades ribeirinhas próximas da zona urbana, por embarcações de pequeno porte, tipo rabeta, que atendem a maioria das escolas da zona rural, constituindo-se, portanto, na forma predominante de transporte dos alunos.

b) Problema Identificado

Inadequação do transporte escolar (lancha) nas comunidades onde o acesso ocorre por meio de furos e igarapés, predominante no município.

Os veículos e embarcações contratados pela rede apresentam situação precária nos critérios de conforto, segurança, lotação e regularidade.

c) Solução proposta

Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação.



Contratação dos Serviços Prestados

a) Situação Encontrada

O Secretário informou que a contratação de transporte fluvial no município decorre de procedimento licitatório, aumentando bastante o custo da contratação, pois a empresa apenas faz a intermediação da contratação, sem fiscalizar ou procurar melhorar o atendimento.

b) Problema Identificado

Elevado custo na contratação de serviços terceirizados.

c) Solução Proposta

Revisar as rotas do transporte escolar, com vistas a diminuir os custos de contratação das embarcações.

Cobrar melhoria e mais segurança nas embarcações que realizam o transporte dos alunos.

3.2.6. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Garantir uma educação pública de qualidade requer, dentre outras medidas, adoção de ações que garantam a qualidade nas condições de trabalho dos educadores e sua remuneração condigna, assegurado nos termos do art. 67 Lei nº 9.394/96 (LDB) e consubstanciado na meta 18 do PNE.



Estruturação do Quadro de Servidores

A Meta 18.1 do PNE estabeleceu que, até o início do terceiro ano de vigência do plano, ou seja, 2017, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares às quais se encontrem vinculados.

a) Situação Encontrada

Segundo informação do gestor, o quadro de servidores em efetivo exercício na educação da rede é o seguinte: dentre os profissionais do magistério, 52,8% são concursados e 47,2% são temporários; no caso dos profissionais da educação não docentes, 57,1% são concursados e 42,9% são temporários (Quadro 7).

Quadro 7 - Servidores em efetivo exercício na rede municipal de São Sebastião da Boa Vista – 2021

SERVIDORES DO MAGISTÉRIO			SERVIDORES DA EDUCAÇÃO		
	TOTAL	%		TOTAL	%
 EFETIVOS	293	52,8	 EFETIVOS	182	57,1
 TEMPORÁRIO	262	47,2	 TEMPORÁRIO	137	42,9
TOTAL	555	100,0	TOTAL	319	100,0

Fonte:SEMED

b) Problema Identificado

O número de profissionais do magistério concursados da rede está abaixo do que preconiza a meta 18.1 do PNE, cujo prazo para atendimento expirou em 2017.

c) Solução proposta

Realizar concurso público para o provimento do quadro dos profissionais do magistério.



Remuneração

A remuneração do servidor integra o processo de valorização do servidor, e pressupõe uma remuneração condigna, de desenvolvimento do processo formativo e condições mínimas de trabalho, e que devem estar consubstanciadas no Plano de Carreiras do Servidor (PCCR).

Aos profissionais da educação é assegurada a existência de Plano de Carreiras tendo como referência o Piso Salarial Profissional Nacional, estabelecido nos termos do inciso VIII, Art. 206 da Constituição Federal, e regulamentado pela Lei nº 11.738/2008.

a) Situação Encontrada

Segundo o Secretário de Educação, os dispositivos referentes ao PCCR estabelecido pela Lei nº 218/2011, vêm sendo cumpridos, contudo necessita ser atualizado para atender as demandas do corpo docente.

b) Problema Identificado

O PCCR necessita ser atualizado para inserir novos dispositivos, em atendimento às demandas do corpo docente da rede municipal.

c) Solução Proposta

Atualizar o PCCR.



Formação de Docentes

A formação continuada dos professores se constitui num importante instrumento de aprimoramento das práticas pedagógicas e das metodologias de ensino que serão utilizadas em sala de aula. É um processo de aprimoramento dos saberes e que irão assegurar uma atuação docente mais efetiva e que resulte na melhoria da qualidade do ensino.

a) Situação Encontrada

Os professores informaram que são poucas as formações oferecidas durante o ano.

b) Problema Identificado

Exígua quantidade de cursos para a formação continuada para os professores da rede, em prejuízo do aprimoramento e atualização dos conhecimentos do corpo docente.

c) Solução Proposta

Implantar e implementar um programa de capacitação do corpo docente a título de formação continuada.

3.2.7. FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADES EXECUTORAS

É fundamental e necessário estimular o controle social dos recursos da educação, adotando, dentre outras medidas, o funcionamento regular e autônomo dos conselhos de acompanhamento e controle social da área de educação, para que lhes sejam garantidas condições previstas na legislação para cumprir seu papel institucional.

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) vem estimulando os Tribunais de Contas de todo o país a prestar apoio a esses conselhos sociais, e inclusive editou a Resolução nº 03/2015, que voltado exclusivamente para a temática “Controle externo nas despesas com educação”.

Nesse sentido, a visita in loco aos CAE e CACS-Fundeb teve por objetivo identificar o funcionamento desses conselhos de controle social de Bagre, avaliando as condições de apoio para garantia da realização de suas atribuições.



Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb)

O CACS-Fundeb é responsável pela fiscalização e controle da aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, juntamente com os órgãos de Controle Interno, Tribunais de Contas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto no art. 30 da Lei nº 14.113/2020 que regulamenta o novo FUNDEB.

a) Situação Encontrada

Os membros do CACS-Fundeb relataram os seguintes fatores que inviabilizam sua atuação efetiva:

- i. inexistência de um planejamento anual de suas ações.
- ii. carência de conhecimento acerca da correta atuação no processo fiscalização da aplicação dos recursos do FUNDEB e PNATE.
 - i. entrega intempestiva da documentação pertinente a prestação de contas dos recursos do FUNDEB e do PNATE, bem como não envio de devolutiva referente às diligências solicitadas.

b) Problema Identificado

Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CACS-Fundeb.

Ausência de capacitação acerca da correta atuação dos membros do CACS-Fundeb.

Entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB e PNATE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CACS-Fundeb.

c) Solução Proposta

Orientar o CACS-Fundeb a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais;

Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB e PNATE;

Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CACS-Fundeb;

Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho.



Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE)

O CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, composto por, no mínimo, 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo, representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, entidades civis e pais de alunos.

O CAE tem como principal função zelar pela concretização da alimentação escolar de qualidade, por meio da fiscalização dos recursos públicos repassados pelo FNDE, que complementa o recurso dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a execução do PNAE.

a) Situação Encontrada

Os membros do CAE relataram os seguintes fatores que inviabilizam sua atuação efetiva:

- i. inexistência de um planejamento anual de suas ações;
- ii. carência de conhecimento acerca da correta atuação no processo fiscalização da aplicação dos recursos do PNAE;

iii. entrega intempestiva da documentação pertinente a prestação de contas dos recursos do PNAE, bem como não envio de devolutiva referente às diligências solicitadas;

iv. não são cientificados e convidados a acompanharem a realização dos procedimentos licitatórios para aquisição de material e contratação de serviços.

b) Problema Identificado

Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CAE;

Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CAE;

Entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do PNAE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CAE.

c) Solução Proposta

Orientar o CAE a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais;

Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do PNAE;

Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet;

Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do PNAE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CAE;

Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho.



Conselho Municipal de Educação (CME)

A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 (LDB) amparam a existência, enquanto instituição, do CME. O PNE, na estratégia 19.5, da Meta 19, define o estímulo à criação e ao fortalecimento dos CMEs, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

a) Situação Encontrada

Segundo informação de seus membros, o Conselho vem atuando de forma limitada nas atribuições de sua competência, pois não conta com apoio necessário à realização das suas atividades, visto que o número de servidores disponibilizado pela SEMED é insuficiente para compor o corpo técnico do Conselho. Além disso, o local de funcionamento do Conselho é inadequado, assim como os equipamentos de informática, acesso à internet, mobiliários e veículo para deslocamento dos seus membros quando necessários à fiscalização.

b) Problema Identificado

A ausência de infraestrutura adequada e de apoio logístico, assim como a insuficiência de pessoal são fatores impeditivos do exercício regular e eficiente das atividades do CME como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, em inobservância à estratégia 19.5, da Meta 19 do Plano Nacional de Educação/PNE.

c) Solução proposta

Disponibilizar condições de infraestrutura e apoio logístico, bem como servidores para compor o corpo técnico, permitindo ao Conselho a realização de suas atividades, em observância à estratégia 19.5, da Meta 19 do PNE.



Conselho Escolar (CE)

O artigo 206 da Constituição Federal definiu que a educação pública no Brasil, deve ser pautada, com destaque para a gestão democrática do ensino. A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seus artigos 14 e 15, estabeleceu a obrigatoriedade de participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares enquanto princípio de gestão democrática, atribuindo aos sistemas de ensino assegurar às unidades escolares públicas de educação básica gradativos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

O Conselho Escolar se constitui como órgão colegiado com representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar que tem por objetivo fortalecer e ampliar a participação da comunidade, família, alunos, professores e funcionários no bom funcionamento da escola, contribuindo tanto para a organização e aplicação de recursos como também para a organização de planos, metas e projetos escolares, garantindo assim uma gestão democrática do ensino.

a) Situação Encontrada

Em reunião com os representantes dos conselhos escolares, foram relatados diversos fatores que interferem na atuação dos conselhos escolares:

- i. Ausência de conhecimento dos instrumentos legais que norteiam sua atuação e o desempenho de suas funções;
- ii. Desinteresse da comunidade escolar com baixa participação no processo de mudança de mandato dos membros do Conselho;
- iii. demora considerável no trâmite de registro e atualização de Atas do Conselho no Cartório, em razão das demandas simultâneas de todas as escolas municipais.

b) Problema identificado:

Ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar.

Dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho.

Ausência de capacitação e acompanhamento da SEMED junto aos Conselhos Escolares.

b) Problema Identificado

Ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar. Dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho. Ausência de capacitação e acompanhamento da SEMED junto aos Conselhos Escolares.

c) Solução Proposta

Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar.

Realizar capacitação sistemática aos membros do Conselho Escolar quanto à execução e prestação dos recursos recebidos.

Disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar.



CONCLUSÃO

Com a realização da visita in loco no município de São Sebastião da Boa Vista consolida-se a etapa de elaboração do diagnóstico. O trabalho evidenciou a existência de estabelecimentos escolares com situação precária de infraestrutura e condições higiênico-sanitárias, que necessitam de providências necessárias à garantia de um ambiente escolar seguro aos estudantes e com condições mínimas de funcionamento no retorno às aulas presenciais.

Foi também possível que existe planejamento das ações indispensáveis ao cumprimento das atividades de ensino-aprendizagem da rede de ensino e à melhoria dos indicadores educacionais do município, contudo muito pouco executado. Outro gargalo encontrado no município foi a insuficiência de formações continuadas dos profissionais da educação, fragilidade na operacionalização do PNAE e PNATE, a falta de apoio para atuação dos Conselhos de Controle Social (CME, CAE e CACS/FUNDEB).

A despeito das dificuldades decorrentes da localização das características geográficas e da extensão do município de São Sebastião da Boa Vista que demanda dispor de tempo considerável para realização de deslocamento, que impossibilitou o acesso à totalidade das escolas da zona rural, que se dá por meio fluvial, a visita in loco no referido município permitiu à equipe, ainda que por amostragem, avaliar e elaborar diagnóstico da educação no município em seus diversos aspectos, tendo como base inicial os indicadores educacionais oficiais e aplicação de questionários on-line, resultando na identificação dos principais pontos suscetíveis de sugestões para resolução de problemas e melhoria na rede pública municipal de educação de São Sebastião da Boa Vista.



ENCAMINHAMENTO

O diagnóstico do município de São Sebastião da Boa Vista, que compõe a etapa piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, constitui avaliação e fonte de estudo, a partir da qual é possível pensar e propor medidas capazes de induzir à melhoria e à efetividade das políticas públicas educacionais voltadas para a região como um todo, mediante esforços coletivos, sistêmicos e sinérgicos. Mas também, pretende contribuir de forma robusta, com o gestor local, pois, o conhecimento produzido constitui um guia qualificado e apto a subsidiá-lo na tomada de decisões no que diz respeito à implementação de ferramentas de gestão, bem como quanto à busca e desenvolvimento de treinamentos, capacitação, cursos e oficinas hábeis a instrumentalizar os profissionais da rede municipal para realizarem suas atividades com mais eficiência, rapidez e qualidade.

Os trabalhos executados, até então, consistem em uma iniciativa pioneira no âmbito desta Corte de Contas, e não se conformam aos parâmetros de uma fiscalização tradicional, tendo em vista que os resultados obtidos têm o intuito de fomentar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, promovendo diálogo e integração que assegurem uma atuação articulada, capaz de transformar realidades que resultem na construção de um cenário favorável, no qual se garanta a concretização de um direito fundamental, mediante a efetiva geração e entrega de valor público à sociedade.

O presente relatório oferta um retrato acerca da situação geográfica e social vivenciada pela rede municipal de educação e população de São Sebastião da Boa Vista, quanto às 7 (sete) dimensões estruturantes do Projeto, funcionando como diretriz na definição das questões prioritárias a serem atendidas.

Ao final desse ciclo foi possível identificar as causas dos problemas encontrados e refletir sobre potenciais soluções (quadro resumo), cujas propostas apresentadas pelo grupo de trabalho perpassam por arranjos coletivos e articulação interinstitucional, uma vez que as implementações de ações isoladas têm demonstrado sobreposição, duplicidade e fragmentação de esforços e, por conseguinte, conduzido à perda de oportunidades de sinergia e integração regional. Mas, também pressupõe o diálogo com o Prefeito e Secretário de Educação, com o objetivo de comunicar o

diagnóstico produzido, esclarecendo dúvidas e orientando-o quanto à tomada de decisões de curto e médio prazo.

Desse modo, serão adotados os seguintes encaminhamentos:

a) Reunir com o Prefeito e Secretário de Educação de São Sebastião da Boa Vista, para comunicar o resultado do presente diagnóstico, e especialmente, estabelecer amplo diálogo, ocasião em que a equipe responsável pela execução do trabalho estará disponível para ofertar esclarecimentos e assinalar orientações que contribuirão para a resolução a curto e médio prazo quanto aos problemas identificados.

b) Informar sobre as discussões em andamento com o FNDE, a UFPA, UEPA e outras Instituições Públicas, bem como Organizações Não Governamentais que atuam na área educacional e convidar os Gestores a firmarem parcerias que visem assegurar a sistematização das ações e impedir a duplicidade de esforços, dando origem a projetos resolutivos dos problemas identificados no município de São Sebastião da Boa Vista e regionalmente, pautados em estratégias de intersetorialidade e multidisciplinariedade, necessárias ao êxito das propostas de melhoria da educação.

c) Conscientizar e sensibilizar o Gestor a respeito da perspectiva de resolução de problemas de forma articulada e sustentável, a partir de uma atuação cooperativa, coordenada e colaborativa, informando sobre as tratativas em andamento quanto à implementação de futuro arranjo coletivo, a exemplo da composição do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Brasil (GAEPE), idealizado pelo Instituto ARTICULE, cuja operacionalização ocorre em parceria com a ATRICON e CTE/IRB, comunicando-lhe, na ocasião, que um dos desdobramentos dessa primeira etapa do projeto piloto resultará na formação do GAEPE - ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, um mecanismo de governança de política pública, multi-institucional, para o qual o município de São Sebastião da Boa Vista é convidado a integrar, com intuito de protagonizar uma proposta de transformação e melhoria das políticas educacionais locais, além de contribuir para o progresso da região como um todo.

d) Formar banco de dados do município de São Sebastião da Boa Vista, sob a supervisão da DIPLAMFCE, por meio da Coordenação Especializada em Educação, cuja organização e armazenamento subsidiará, além da referida Diretoria, o Relator vinculado e a Controladoria responsável pelo acompanhamento das contas do município quanto à viabilidade de futuras ações de controle ou trabalhos específicos, como celebração de Termo de Ajuste de Gestão (TAG), emissão de alertas, aviso e produção de Notas Recomendatórias.

e) Comunicar o resultado do presente relatório à Presidente e a todos os membros deste TCMPA, esclarecendo que a avaliação diagnóstica do município de São Sebastião da Boa Vista será consolidada com os demais municípios do Arquipélago do Marajó, com o objetivo de assegurar uma interpretação regionalizada, sem ranqueamento por município, apta a subsidiar futuras tratativas de implementação de uma instância plural de diálogo e pactuação em prol da melhoria das políticas educacionais dos 17 municípios contemplados na etapa Piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará.

Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional do Município de São Sebastião da Boa Vista

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
EIXO 1 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS		
Planejamento	Inexistência de planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares	Elaborar o planejamento para o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento
Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede	Inexistência de uma plataforma de gestão que garanta a integração das informações e que possibilite o efetivo acompanhamento dos resultados da rede municipal	Utilizar uma Plataforma de Gestão de Resultados da rede
Estrutura Organizacional da Rede	A estrutura predial da Secretaria é inadequada e a ausência de servidores para desenvolvimento do serviço	Revisar o quadro de servidores e, caso necessário, redistribuir de acordo com as necessidades da Secretaria. Investir na adequação da estrutura predial da SEMED e na melhoria do serviço de internet
Seleção de gestores escolares	A escolha de diretor escolar não é baseada em critérios de mérito e desempenho, conforme disposto na Meta 19 do Plano Nacional de Educação, por mais que a nomeação decorra de indicação do Chefe do Poder Executivo, em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (ADI 2997), e seja reservada exclusivamente aos professores efetivos no exercício das funções docente e pedagógica	Revisar a legislação municipal, para que estabeleça que o provimento do cargo de diretor escolar ocorrerá por indicação do Prefeito Municipal, e defina os critérios de mérito e desempenho a serem satisfeitos por ocasião da escolha
EIXO 2 – UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA		
Realização de Busca Ativa Escolar	A busca ativa realizada não produziu um resultado favorável quanto ao segmento de educação fundamental e EJA	Fortalecer as ações de realização da busca ativa dos alunos da educação fundamental e EJA, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos
Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal	Não há uma política de avaliação periódica da rede abrangendo estudantes por ano/série	Adotar procedimento avaliativo diagnóstico periódico por ano/série sobre o padrão de aprendizagem envolvendo os alunos da rede municipal de ensino
Projetos Pedagógicos com vistas à Melhoria dos Resultados	Inexistência de estratégias e iniciativas pedagógicas em execução na rede, que visem reduzir a alta taxa de analfabetismo, a distorção idade-série e a baixa nota do IDEB	Elaborar e executar projetos que fomentem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
		diversas abordagens metodológicas e sua efetividade
Turmas Multisseriadas	Inexistência de formação continuada específica para os educadores que atuam neste segmento	Realizar formação continuada específica para os educadores, que atuam na modalidade de ensino multisseriado
Retorno às Aulas Presenciais	Não foram disponibilizadas aulas ou atividades pedagógicas de forma remoto aos alunos da rede municipal por todo o ano de 2020, com precária implementação de sistema de ensino remoto em 2021, com crianças e jovens com imensa defasagem de aprendizado do conteúdo curricular Precariedade ou inexistência de acesso virtual no território municipal Precariedade da infraestrutura das unidades escolares e ausência de condições higiênico-sanitárias encontradas no retorno às aulas presenciais	Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênico-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal Definir estratégias para recuperar a defasagem no aprendizado dos alunos
Calendário Escolar – Carga horária mínima anual	Não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais	Reorganizar o calendário escolar considerando as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem reduzir o número mínimo de horas letivas e assegurando formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem Realizar melhorias urgentes nas escolas para que sua estrutura precária não dificulte o aprendizado do aluno.
EIXO 3 – INFRAESTRUTURA ESCOLAR		
Infraestrutura Escolar	Situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios, carência de mobiliários	Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares
EIXO 4 – POLÍTICA PÚBLICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Elaboração dos Cardápios	Elaboração de um cardápio de baixo valor nutricional para a zona rural com priorização na oferta de produtos industrializados e processados	Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável Fortalecer a agricultura familiar para atendimento das demandas de preparações que atendam a zona rural
Aquisição de gêneros alimentícios	Recursos financeiros insuficientes para aquisição de gêneros alimentícios que assegurem o cumprimento dos 22 (vinte e dois)	Pleitear ao FNDE o aumento no repasse de recursos do PNAE, diante dos elevados custos de aquisição e distribuição de gêneros

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	<p>dias de fornecimento de alimentação escolar</p> <p>Aquisição de produtos da agricultura familiar abaixo do percentual de 30% obrigatório, conforme legislação em vigor</p>	<p>alimentícios para as escolas rurais, decorrentes das particularidades geográficas da região – distanciamento, isolamento e dificuldade de acesso, que impõe a necessidade de reexame do valor <i>per capita</i></p> <p>Desenvolver ações junto a diversas entidades, no sentido de incentivar os agricultores familiares locais a produzir e fornecer gêneros destinados à alimentação escolar</p>
Distribuição de gêneros alimentícios	Ausência de controle efetivo da Secretaria no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, e no cronograma de distribuição para as escolas pela SEMED	Manter controle efetivo no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED e de distribuição para as escolas
Armazenamento de gêneros alimentícios	<p>Inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem e controle dos estoques</p> <p>Nas escolas, o depósito da alimentação escolar não dispõe de condições adequadas de estocagem e conservação dos alimentos</p> <p>As escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados</p>	<p>Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos</p> <p>Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade</p>
Acompanhamento da execução do Programa	Número reduzido de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal	Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista
EIXO 5 – POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR		
Formas de atendimento de transporte escolar	<p>Inadequação do transporte escolar (lança) nas comunidades onde o acesso ocorre por meio de furos e igarapés, predominante no município</p> <p>Os veículos e embarcações contratados pela rede apresentam situação precária nos critérios de conforto, segurança, lotação e regularidade</p>	Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação
Contratação dos Serviços Prestados	Elevado custo na contratação de serviços terceirizados	<p>Revisar as rotas do transporte escolar, com vistas a diminuir os custos de contratação das embarcações.</p> <p>Cobrar melhoria e mais segurança nas embarcações que realizam o transporte dos alunos</p>

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
EIXO 6 – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		
Estruturação do Quadro de Servidores	O número de profissionais do magistério concursados da rede está abaixo do que preconiza a meta 18.1 do PNE, cujo prazo para atendimento expirou em 2017	Realizar concurso público para o provimento do quadro dos profissionais do magistério
Remuneração	O PCCR necessita ser atualizado para inserir novos dispositivos, em atendimento às demandas do corpo docente da rede municipal	Atualizar o PCCR
Formação Docente	Exígua quantidade de cursos para a formação continuada para os professores da rede, em prejuízo do aprimoramento e atualização dos conhecimentos do corpo docente	Implantar e implementar um programa de capacitação do corpo docente a título de formação continuada
EIXO 7 – FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADES EXECUTORAS		
CACS-Fundeb	<p>Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CACS-Fundeb</p> <p>Ausência de capacitação acerca da correta atuação dos membros do CACS-Fundeb</p> <p>Entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB e PNATE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CACS-Fundeb</p>	<p>Orientar o CACS-Fundeb a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais</p> <p>Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB e PNATE</p> <p>Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CACS-Fundeb</p> <p>Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho</p>
CAE	<p>Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CAE</p> <p>Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CAE</p> <p>Entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do PNAE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CAE</p>	<p>Orientar o CAE a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais</p> <p>Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do PNAE</p> <p>Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet</p> <p>Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do PNAE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CAE</p> <p>Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho</p>
CME	A ausência de infraestrutura adequada e de apoio logístico, assim	Disponibilizar condições de infraestrutura e apoio logístico, bem

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	como a insuficiência de pessoal são fatores impeditivos do exercício regular e eficiente das atividades do CME como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, em inobservância à estratégia 19.5, da Meta 19 do Plano Nacional de Educação/PNE	como servidores para compor o corpo técnico, permitindo ao Conselho a realização de suas atividades, em observância à estratégia 19.5, da Meta 19 do PNE
Conselhos Escolares	Ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar Dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho Ausência de capacitação e acompanhamento da SEMED junto aos Conselhos Escolares	Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar Realizar capacitação sistemática aos membros do Conselho Escolar quanto à execução e prestação dos recursos recebidos Disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar